

A MULHER E A POLÍTICA

«A Mulher e a Política», foi o tema de um seminário organizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos e o Instituto de Mulher e Criança, de 24 à 28 dias de Julho passado numa das salas de reunião do Bissau Hotel.

O objectivo do seminário foi sensibilizar a comunidade e os poderes públicos sobre a problemática da mulher na sociedade, na igualdade de oportunidade e no equilíbrio social; dotar os participantes de conhecimentos técnicos ligados aos aspectos sócio-político, económico e cultural.

Devido a importância do referido seminário, publicamos alguns excertos do documento final.

Obstáculos identificados

Os seminaristas identificaram os seguintes obstáculos a saber:

- Falta de formação e informação (alta taxa de analfabetismo na camada feminina);
- Existência de discriminação sócio cultural e económico;
- Não aplicação de política de género e desenvolvimento nos programas e planos de acção do governo;
- Discriminação incutida na mentalidade das crianças no que concerne a divisão sexual de trabalho no seio familiar;
- Jovens raparigas como mão-de-obra doméstica;
- Inadequação das disposições de comercialização e das facilidades de conservação e tratamento.

Froam apontadas as seguintes estratégias posteriormente:

- Combate a feminização da pobreza;
- Educação e formação da mulher;
- Mulher e a saúde;
- Direitos fundamentais da mulher nos parâmetros do «Género»;
- Mulher e mass média;

Estratégias Identificadas

Criação de postos de emprego para erradicação de pobreza; Acento adequado a saúde da mulher, pobreza, saúde reprodutiva, doença sexualmente transmissíveis entre as quais SIDA e problemática de planeamento

familiar; Educação na família e combate a estereotipo; Divulgação, informação das legislações existentes, nacionais e internacionais; Redução em larga medida a pobreza geral e a feminização da mesma em particular; Redinamização da rede mulher e desenvolvimento; Abolição de violências contra as mulheres; Criação de delegacias específicas para mulher afim de identificar e apoiar-las nos problemas concernentes a violência; Descentralização de eventos tais como: seminários, ateliers, etc., nas regiões, com o apoio de organismos internacionais e ONG's; Melhoramento de serviços de saneamento básico das infraestruturas sanitárias; Obrigatoriedade da escolarização das raparigas.

Recomendações

Na análise e discussão dos grupos, devido a posição sócio-cultural, política e económica em que a mulher se encontra, os seminaristas recomendaram o seguinte:

Aos Partidos Políticos

Exigir aos partidos políticos que nas próximas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas a serem realizadas, de apresentem candidaturas de mulheres ou mesmo apoiar a candidatos independentes - regime de quotas proporcionais;

Exigir que a lei quadro dos partidos políticos, as mulheres constem como cabeça de lista das candidaturas .

Aos Parlamentares

Que o partido maioritário apresente a candidatura de uma mulher ao cargo do Presidente da ANP ou Primeiro Vice-Presidente.

Ao Governo

Exigir o aumento de números de mulheres para cargos de ministros ou secretárias de estado;

Que se dê atenção aos seminários, conferências, ateliers, cursos de formação organizadas pelas mulheres;

Construir ou ampliar a Maternidade Nacional e dar assistência médica e medicamentosa às mulheres; Que o cargo de Presidente de Instituto de Mulher e Criança

seja equiparada a Ministra de Estado com a sua autonomia e regalias; Que seja criada uma comissão de lobby, constituída pela ANP, Função Pública, Sociedade Civil, Associações de Base, entidades religiosas e tradicionais; Que seja integrada mulheres nas negociações de conflitos armados, etc.; Promover e criar centros para cursos de formação proporcional da capacitação e reciclagem das mulheres e jovens raparigas, incluir no curriculum escolar a educação moral, louvores, culinárias, educação sexual, etc.; Levantamento de quadros femininos existentes; Redefinição do estatuto organico de IMC; Que o governo, ONG's e parceiros de desenvolvimento promovam campanha de sensibilização para mudança de comportamento e atitudes no seio da família através da mass média, palestras, conferências, etc.; Promover a legislação e reformas administrativas para conceder as mulheres direitos aos recursos económicos iguais aos dos homens, incluindo acesso a posse e controlo da terra, crédito, herança, recursos naturais e nova tecnologia apropriada; Rever e implementar políticas nacionais de apoio aos mecanismos de poupança e crédito para as mulheres; Assegurar que os projectos pertencentes as instituições femininas sejam incluídas no programa de investimento público; Que seja criado um incentivo de bolsa interno para jovens raparigas; Que os recursos provenientes de perdão de dívidas sejam afectadas na luta contra a pobreza.

Ao Poder Judicial

Que o Instituto de Mulher e Criança diligencie junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros nas resoluções de problemas dos familiares emigrantes (cônjuges) residentes no estrangeiro em parceria com as embaixadas da Guiné-Bissau, conjuntamente com as associações de emigrantes radicados nesses países; Responsabilizar na prática a paternidade;

Regulamentar e aplicar a lei sobre o casamento não formalizado;

Redinamizar ou criar um centro de informação e orientação jurídica das mulheres e crianças;

Sensibilizar e orientar as mulheres juristas a optarem pela magistratura judicial e Ministério Público de forma a aumentar o número de mulheres nessa área.